

Presidente do IPPAR

“O Património deve estar no Ministério da Cultura”



Prestes a completar quatro anos como presidente do IPPAR, Luis Ferreira Calado concedeu à Pedra & Cal a quarta entrevista do seu mandato, a um órgão de comunicação social. Do muito que nos contou, aqui fica o que o espaço disponível permitiu.

Pedra & Cal - Acha que se justifica a existência de dois organismos, a DGEMN e o IPPAR, na área do património arquitectónico?

Luis Ferreira Calado - É uma pergunta delicada neste momento. No meu ponto de vista e directamente, respondo que não! Acho que o património deve ter uma única tutela, que deve ser na área da cultura.

P&C - Há alguma articulação, actualmente, entre os dois organismos?

LFC - Nós não temos obras em conjunto. O IPPAR faz obras, a DGEMN tem vindo a fazer algumas obras, também em monumentos classificados. Portanto, onde está a DGEMN não está o IPPAR, não nos vamos sobrepor...eu diria que há mais uma complementaridade.

P&C - Refaça a pergunta. De que forma define o papel de uma e outra entidade?

LFC - Neste momento, não sou capaz de lhe dar uma resposta.

P&C - Qual é então a função do IPPAR?

LFC - A função primordial do IPPAR é zelar, preservar o património. Quando falamos em património falamos numa abrangência, na concepção global do património que terá que ser obviamente classificado. E o ser classificado é um acto administrativo, que é o reconhecimento do interesse desse património para a

sociedade. O que não quer dizer que quando houver maior capacidade de resposta que não devamos entrar noutra tipo de património que, não estando classificado não deixa de ser património a preservar.

E fazemo-lo sobretudo em 3 áreas: em termos da preservação, os chamados licenciamentos ou pareceres vinculativos que o IPPAR dá para intervenções em património classificado e em zonas de protecção, o que nem sempre é respeitado. Devo dizer que há muitos organismos, mesmo do Estado, que não respeitam esse parecer vinculativo do IPPAR.

Actuamos em termos de intervenção, na recuperação do próprio património que está afecto ao IPPAR, ou património que, sendo do Estado ou de outras entidades nós estejamos a apoiar. Estamos aliás, neste momento, a apoiar um número significativo de recuperações de património da igreja e das misericórdias, em colaboração com os municípios. E, numa terceira vertente, a função do IPPAR é investigar, valorizar e divulgar, para além de proceder a uma gestão integrada de todo este património.

P&C - O IPPAR tem um levantamento do património arquitectónico classificado?

LFC - É o IPPAR que o classifica. Portanto, ninguém melhor que o IPPAR para ter essa informação.

Podemos ou não pô-lo na Internet, podemos colocá-lo ou não em livros mas, de facto, o levantamento está no IPPAR.



Mosteiro dos Jerónimos - porta sul

P&C - E há uma actualização do estado desse património?

LFC - Constante! Nós temos neste momento 5 Direcções Regionais a funcionar em pleno. Estão já mais duas criadas, em Castelo Branco e Vila Real, que em breve, entrarão em funcionamento.

Temos procurado dotar as Direcções Regionais de capacidade para, sistematicamente, estar em cima do acontecimento e poder actualizar a informação sobre o estado crítico em que o nosso património está. Eu sou talvez parte suspeita para fazer esta afirmação mas, nestes 4 anos, tem havido passos significativos, tem havido trabalhos sistemáticos de levantamento da situação do património, relatórios da situação em



Mosteiro de S. João de tarouca - vista geral

que se encontram, procedimentos de recuperação de património e tem havido um alargamento de frentes de trabalho em todo o país. Para lhe dar um exemplo, quando esta direcção tomou posse, o PIDAC do IPPAR, localizava-se sobretudo nos distritos de Lisboa e Porto, o que significava que 65 a 68% do total do investimento era feito nestes dois distritos. Neste momento, para estes mesmos distritos, estamos na ordem dos trinta e pouco por cento, o que quer dizer que se alargou e se

abriram frentes de trabalho em todo o resto do país, em património que até agora estava perfeitamente esquecido e alguns até com processos, que se arrastavam há alguns anos, de reclamação, de contestação

P&C - E quanto ao património não classificado?

LFC - É uma área que nos preocupa, obviamente,...não deixa de ser património. Preocupa-nos mas, de facto, nós temos que privilegiar, na medida em que não temos os recursos suficientes, a área classificada, o sub conjunto do património que está classificado. As classificações têm vindo sistematicamente a ser abertas, há bastante pressão por parte dos autarcas e das populações para que as classificações avancem.

P&C - Falou das autarquias. Até que ponto há colaboração entre o IPPAR e as autarquias?

LFC - A colaboração com as autarquias tem sido excelente. Sobretudo com a Associação de Municípios com Centros Históricos. Não queremos ter uma atitude de donos do património, o IPPAR não é dono do património. O património é colectivo, é da sociedade e cada vez que haja oportunidade, que se justifique envolver a sociedade quer do ponto de vista colectivo, quer do ponto de vista da comunidade científica, nós envolveremos.

P&C - Tem recursos, nomeadamente pessoal qualificado, para promover um Inventário do Património Arquitectónico Nacional?

LFC - Quando se fala em inventário, temos que ter os pés bem assentes na terra. Geralmente diz-se que o inventário não existe. Eu não afirmo, tão peremptoriamente, que o inventário português do património não exista: quando falamos do inventário, geralmente há o inventário do património arquitectónico, o inventário do património móvel e também o de outro tipo de património. Eu considero que o inventário está significativamente feito, pode é não estar feito com uma estrutura equilibrada, pode não estar feito na sua totalidade. Admito que sim mas a igreja sabe o que tem, o Estado sabe o que tem, os privados sabem o que têm...portanto o inventário, nessa perspectiva, está mais ou menos identificado, chame-se a isto inventário sumário, chame-se inventário mais sofisticado.

Nós não estamos muito interessados, para já, em exteriorizar o inventário do IPPAR, porque para nós é fundamental que esse inventário contemple também a perspectiva da ficha clínica.

P&C - Concorde que há falta de informação do IPPAR, junto dos profissionais do sector e do próprio público em geral que se interessa pela "coisa" do património?

LFC - É verdade! É uma crítica que nos é feita e que eu tenho que aceitar. Estamos a fechar um ciclo, que corresponde à legislatura e eu penso que quem ficar no IPPAR na legislatura seguinte terá que rever essa situação.

Tenho consciência de que corremos riscos, designadamente em termos de comunicação social onde somos muito facilmente criticáveis. Ou é porque se deixa construir, ou porque não se deixa construir, se está a cair

"Não enjeito a hipótese do IPPAR ser completamente reformulado..."



é o IPPAR que não intervém, os motards andam na via romana e o IPPAR não faz nada. Ou por exemplo, os graffities que nós retiramos num monumento e no dia seguinte estão lá outra vez. Não podemos colocar um polícia junto a cada monumento. O que temos que fazer, nós sociedade, é começar pela escola, em acções pedagógicas, ainda que os serviços educativos não estejam totalmente apetrechados e dependam das equipas, das dinâmicas, da exigência que é feita pelas escolas em determinados monumentos. Porque o património é uma questão de cidadania e de cultura, daí que eu defenda, sem a menor dúvida, que o património deve estar no Ministério da Cultura.

P&C - Depreende-se então que a natureza da DGEMN, à partida, não é a mais correcta?

LFC - Repare, eu não tenho legitimidade, nem o quero fazer, para me pronunciar sobre outras entidades, designadamente sobre a DGEMN, que é uma entidade que eu respeito, que é uma entidade que tem bons técnicos. Posso é emitir a opinião de qual é a estruturação que



Miróbriga - aspecto do hipocausto

me parece mais razoável, por estas razões, em relação ao aparelho de Estado para o património. Claro que sei que é um assunto delicado. Inclusivamente devo dizer que não enjeito a hipótese de o IPPAR ser completamente reformulado, isto para não haver aqui uma questão de fusão, de disputa...

P&C - Reformulado em que sentido?

LFC - Se o IPPAR tiver que desaparecer e aparecer outra entidade, não me choca absolutamente nada.

Não é possível gestões integradas entre organismos com tutelas diferentes e com perspectivas diferentes.

P&C - Que comentário faz à relação património arquitectónico/turismo?

LFC - Acho que é importante e cada vez mais a relação entre o património



Mosteiro de Tibães sala do capítulo

e o turismo pela simples razão de que não se recupera um património para estar numa redoma. O património tem que ser utilizado, tem que ser vivido.

Há contudo uma coisa fundamental: o património arquitectónico não é do turismo. O património é do património e tem que ser tratado, zelado e preservado na óptica patrimonial, na óptica da cultura, na óptica da sociedade. Se for usufruído do ponto de vista turístico tanto melhor, mas o turismo tem a sua função e o património tem a sua função.

Há no entanto uma perfeita convergência de interesses e de posições pelo que, pode dizer-se, património e turismo, estão em sintonia.

P&C - Como vê hoje a oferta de empresas para trabalhar na área da conservação e restauro?

LFC - Eu acho que tem havido grandes progressos. As empresas têm vindo a progredir, eu diria que têm

vindo a melhorar, fazendo-se, reconhecidamente, boas intervenções. Há uma maior preocupação para se apetrecharem tecnicamente e formarem técnicos para intervirem na área do património. Tem havido grandes progressos, em termos das empresas, na qualidade das intervenções pelo que me é dado observar, não como especialista, mas pelos relatórios de especialistas que me vão chamando a atenção para a melhoria da qualidade.

Gostava no entanto que essas empresas fossem ganhando "background" através de intervenções menos exigentes para fazerem currículo. Na verdade, também não é bom para quem gere uma carteira de projectos, que apareçam sistematicamente as mesmas empresas.

P&C - A legislação define o tipo de empresas, nomeadamente no que se refere aos alvarás, a categorias dos alvarás...

LFC - A questão dos alvarás sempre foi um assunto muito delicado. E é um assunto do qual o IPPAR sempre esteve afastado. Se alguma coisa não está bem, no que respeita aos alvarás, eu penso que terão que ser as empresas a procurar a sua resolução e não o IPPAR. É evidente que essa questão nos preocupa, como nos preocupa a legislação que saiu relativamente aos "trabalhos a mais", em que, dos 50% passa-se salvo erro, para os 25% (ainda não tive oportunidade de a ler em pormenor). Do ponto de vista teórico, tenho a impressão que esta é uma medida positiva. As coisas, quando são orçamentadas, para não haver distorção do mercado, da concorrência, exigem

*"...O IPPAR está,
também, disponível,
e mesmo interessado
em dialogar com a
associação*

regras concretas e portanto quanto mais se reduzir a margem de trabalhos a mais, maior disciplina há na altura do concurso. Mas a especificidade do património, nós sabemos que não é essa. Por vezes intervem-se no património e verifica-se que as coisas estão de tal maneira degradadas, que

nós não sabemos onde é que vai parar. Até agora a folga dos 50% permite enquadrar esses trabalhos mas, com uma folga menor, provavelmente vai ser mais complicado.

P&C - Neste âmbito, da intervenção das empresas, como vê o papel do GECORPA?

LFC - Eu considero que é positivo as empresas estarem associadas, terem um fórum onde possam discutir os seus problemas, porque quando eu vou ao mercado, quero que haja agentes, do lado da oferta, capazes de responderem com qualidade e preocupados, profissional e tecnicamente, com aquilo que estão a fazer. O património só tem a ganhar com isso.



Mas, como já afirmei noutras ocasiões, não gostaria de ter uma ligação muito directa com as empresas...

P&C - Mas o papel de uma associação deste tipo é exactamente facilitar a relação, intervindo em nome do colectivo.

LFC - Isso é verdade, e foi essa a disponibilidade que eu coloquei desde o início e que agora, renovo. É evidente que, a partir do momento em que a associação está constituída, em que já tem já um lastro de trabalho e de estabilidade, o IPPAR está, também, disponível, e mesmo interessado em dialogar com a associação que é representativa dessas empresas e que tem uma preocupação comum à nossa.

P&C - Quer comentar a nova lei do património?

LFC - Penso que é um pouco prematuro, neste momento, tecer comentários sobre a nova lei do património. Só espero é que não haja a elaboração de uma lei do património feita a retalho. A lei do património tem que ter coerência, tem que ser feita com uma equipa, com princípios definidos. Uma lei de património feita a retalho é o pior que nós podemos ter. ■